

LOCALIZAÇÃO DE SÍTIOS DEPOSITÁRIOS EM PERNAMBUCO: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO SOB A ÓTICA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS

Pedro Paulo Dantas Sobral¹

Amanda de Azevedo Cavalcanti Tavares²

Carlos Rios³

Resumo: A presente pesquisa foi desenvolvida tendo como base fontes históricas e iconográficas para a localização de feitorias, engenhos, povoados ribeirinhos e costeiros, bem como a localização de vestígios arqueológicos em tais locais para, a partir do olhar da Arqueologia Subaquática, subsidiar a Carta Arqueológica de Sítios Depositários de Pernambuco. Tais sítios são os locais estratégicos de aporte de embarcações e navios envolvidos com as atividades mercantis e particulares, incluindo desde a fase de exploração do Pau-Brasil, até a produção de açúcar e de outros gêneros para a Europa. Neste contexto foram realizados prospecções e registros nas áreas objetos de estudo para identificação de artefatos arqueológicos que comprovassem a existência de trocas comerciais tanto em zona subaquática quanto intertidal. Como resultados foram identificados e georreferenciados 39 sítios depositários em mar aberto, estuários e rios costeiros, comprovando que tais locais eram as principais vias para o fluxo de mercadorias e pessoas. **Palavras-chaves:** Arqueologia Subaquática, Sítios Depositários, Atividades Comerciais

Abstract: The present research was developed based on historical and iconographic sources for the location of factories, mills, riverside and coastal villages, as well as the location of archaeological remains in such places to, from the perspective of Underwater Archeology, to subsidize the Archaeological Chart of Depositary Sites of Pernambuco. Such sites are the strategic places to anchoring boats and vessels involved in commercial and private activities, from the Pau-Brasil exploration phase to the production of sugar and other products destined for Europe. In this context, surveys and records were carried out in the areas of study to identify archaeological artifacts to prove the existence of trade in both underwater and intertidal areas. As a result, 39 sites were identified and georeferenced in open sea, estuaries and coastal rivers, proving that such sites were the main routes for the flow of goods and people. **Keywords:** Underwater Archaeology, Depositary Sites, Commercial Activities.

¹ Arqueólogo formado pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

² Arqueóloga do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

³ Docente do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Introdução

Dentre os vários fatores que inicialmente atraíram os portugueses para as terras pernambucanas estavam as condições botânicas (madeiras para a construção naval, fabricação de tintas e lenha), pedológicas (Formação Barreiras: solo do tipo massapê para o plantio da cana-de-açúcar), geográficas (ilhas, recifes e enseadas) e hidrográficas (água potável, correntes favoráveis, estuários, rios litorâneos e áreas abrigadas). As duas últimas favoráveis à navegação e ao fundeio/atracação de navios para reparos e descanso de tripulantes desgastados pelas longas viagens oceânicas (Mello e Albuquerque, 1997).

Depois de vencida a travessia do Atlântico, dentre os principais desafios para colonizar as terras recém-descobertas estavam: etnias indígenas; a densa Mata Atlântica que dificultava o deslocamento; o clima quente e úmido, e a falta de mão-de-obra especializada (Guedes, 1975; Ramos, 2008).

Como a Coroa portuguesa não tinha fundos suficientes para bancar as explorações do novo território Além-mar, D. Manuel convenceu vários comerciantes para efetuar missões de reconhecimento de 300 léguas do litoral com levantamentos geográficos, cartográficos, hidrográficos, dentre outros, tendo como recompensa a coleta de bens diversos sem impostos (Guedes, 1975; Guerra, 1984). Na fase subsequente, os colonizadores se interessaram pelo Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*, Lam.) que passou a ser o motivo principal da presença de europeus em Pernambuco (Lorenzi, 2008; Bueno, 1998).

O interesse era exclusivamente de ordem extrativista. Por esse motivo, a Coroa lusa mandou construir em Pernambuco, no ano de 1516, uma feitoria (um misto de armazém e fortificação) para armazenar as mercadorias exploradas, monitorar a defesa da região e projetar poder sobre terra e mar (quando os navios da Coroa estivessem nas redondezas). Essa feitoria foi fundada pelo navegador português Cristóvão Jaques, que conduziu para o Brasil a primeira expedição militar com objetivo de combater os corsários que invadiam a costa em busca do pau de tinta (Jordão Filho, 1977).

Inicialmente batizada com o nome do seu fundador e posteriormente conhecida como feitoria de Pernambuco, a edificação esteve, temporariamente, sob o domínio francês, período em que era chamada de *reduto francês*, voltando à denominação de feitoria de Cristóvão Jaques, após

sua reconquista (Pereira da Costa, 1987; Albuquerque, Lucena e Duarte, 2011; Keating e Maranhão, 2011).

Depois de obter algum conhecimento sobre a costa brasileira, levando em consideração o aprendizado em outras terras Além-mar, o rei de Portugal dividiu a nova colônia em Capitânicas Hereditárias. Coube ao fidalgo português Duarte Coelho Pereira ser o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco (Pereira da Costa, 1987).

Devido ao alto nível de exploração, o Pau Brasil ainda no século XVI, chegou próximo à extinção motivando Duarte Coelho a fazer o primeiro levantamento de árvores com potencial náutico do Brasil (Bueno, 1998; Mello e Albuquerque, 1997).

Em virtude do tipo de solo existente em Pernambuco ser semelhante a de outras colônias, a Coroa portuguesa decidiu pela implantação da cultura açucareira, que havia dado bons resultados nas ilhas da Madeira e Açores. Graças à eficiente administração de Duarte Coelho, vários engenhos foram construídos e Pernambuco prosperou frente às demais capitânicas (Jordão Filho, 1977). No fim do século XVI Pernambuco já possuía 66 engenhos produzindo cerca de 200 mil arrobas de açúcar (Porto, 1984).

Para que se tenha uma ideia da importância comercial da Capitania de Pernambuco, a média anual de embarcações vindas da Europa, que chegavam ao porto do Recife, era de 45 e ainda não se fazia suficiente para escoar todo o açúcar produzido e Pau-Brasil extraído (Guerra, 1984).

A capitania Duarteina foi favorecida pela malha hidrográfica que, recortada por rios costeiros e seus afluentes, utilizou da eficiente rede fluvial para a manutenção das lavouras, força motriz na moagem da cana e movimentação de mercadorias e pessoas, por meio de pequenas embarcações (Jordão Filho, 1977; Oliveira Lima, 1977).

Deste modo, desde a descoberta do Brasil até o primeiro século de colonização, observa-se o nível de importância do ambiente aquático para o então cenário econômico de Pernambuco. Neste contexto, sob o viés da Arqueologia Subaquática observa-se a potencial existência de sítios depositários em Pernambuco identificados nesta pesquisa, quer em águas interiores, quer em águas abrigadas ou em mar aberto.

Os Sítios Depositários

Na condição de Capitania, Pernambuco apresentou progresso comercial em detrimento da produção do açúcar que, também, só foi possível graças a fatores ambientais considerados determinantes. Dentre estes estão: o solo escuro e orgânico, as chuvas frequentes, o clima quente e úmido, e, principalmente, a malha hidrográfica, onde o litoral - parcialmente protegido pelos recifes de arenito - se conecta com vários rios de importante caudal. Vale citar a importância da malha hidrográfica de Goiana - município localizado no extremo norte da costa - formada por cinco rios importantes: Capibaribe-mirim, Guabiraba, Tracunhaém, Megaó e o Goiana (Sudene, 1989).

Tais fatores favoreceram a atracação/fundeio de embarcações na região norte da capitania, possibilitando à implantação de uma logística de distribuição de açúcar e outras mercadorias que chegavam e deixavam os engenhos por meio das vias aquáticas com destino ao Poço, Arrecife dos Navios, Ribeira das Naus, como era chamado o porto do Recife a época (Guerra, 1984).

Esses locais específicos, situados em mar aberto, estuários, rios costeiros e suas respectivas zonas intertidais próximos às áreas de produção dos engenhos, onde as embarcações eram abastecidas com o açúcar, configuram-se, na atualidade, como Sítios Depositários (ou de Abandono) que são ambientes contenedores de vestígios materiais descartados, alijados ou perdidos pelos ocupantes das embarcações e aqueles gerados pelas atividades portuárias (Rios, 2007).

Nesta pesquisa, os sítios depositários são formados pelos “portos”, fundeadouros, trapiches e varadouros que, desde o início da exploração comercial, eram utilizados pelos europeus como pontos de carregamento do Pau-Brasil e tantas outras mercadorias extraídas da nova Colônia lusa, bem como pela chegada de mercadorias diversas vindas da Europa.

Os “portos”, no caso de Pernambuco, são os sítios depositários dispostos nas margens estuarinas e fluviais, providos de trapiche, normalmente locais de margens largas e de maior massa d’água, onde há abrigo contra os ventos e ondas. Ideal para a localização de feitorias para estoque de mercadorias, embarque e desembarque de passageiros. Precisam ter profundidade

suficiente para evitar encalhes nas baixa-mares de sizígia, bem como bacia de manobra para girar a embarcação no sentido de sair pela boca do estuário e alcançar o mar aberto.

Neste contexto, Pernambuco não teve porto em mar aberto, mas fundeadouros. O conceito de porto significa um local protegido das marés e ventos, seja marítimo, fluvial ou lacustre, com calado suficiente para atracar e desatracar navios, mesmo nas baixas- mares de sizígia, onde há cais acostável, serviços de carga e descarga, armazéns e demais suportes logísticos e reparos.

Os fundeadouros (Figura 1-A) em mar aberto são locais estratégicos, a certa distância do continente, mas próximos de bocas de barra onde os navios ancoravam e esperavam pelos botes, barças e caravelões para efetuar o embarque e o desembarque de pessoas e mercadorias. Devido ao calado ser suficiente nessas áreas, um navio (embarcação maior que 25 m) poderia fundear e partir sem o risco de encalhe.

Os trapiches (Figura 1-B) são pontes de madeira sobre a lâmina d'água, que avançam no sentido da calha do rio, da área mais funda de um lago ou mesmo em área de mar aberto, formados por pisos de tábuas apoiadas sobre estacas verticais inseridas em seus leitos para sustentação da estrutura. Esse tipo de construção serve para que o barco possa atracar, por um dos seus bordos, no trapiche e estaiar⁴ para que a embarcação permaneça em segurança, no que tange ao calado, mesmo em baixa-mares de sizígia, bem como as correntes diuturnas locais.

Devido ao pequeno porte, apenas canoas, caravelões e barças chegavam aos trapiches e conseguiam transitar pelos rios costeiros, afluentes e áreas razoavelmente abrigadas em mar aberto. Essas embarcações partiam dos engenhos carregadas com açúcar que, por sua vez, era levado para os armazéns, contabilizado e, em seguida, embarcado de volta aos navios fundeados no Lamarão externo ou interno do Recife. A partir dali a mercadoria seguia para outros pontos da nova Colônia e, principalmente, para Portugal (Souza e Lins, 2017).

Os varadouros (Figuras 2 e 3) são locais onde os patrões das embarcações de pequeno calado tipo canoas, barças, jangadas e galeotas varam terra, propositalmente, em praia litorânea ou

⁴ Significa lançar ferros pela proa e popa de modo que a embarcação não saia da posição independente da força ou direção da maré.

ribeirinha, para desembarque de pessoas e mercadorias, bem como para efetuar pequenos reparos ou passar a noite.

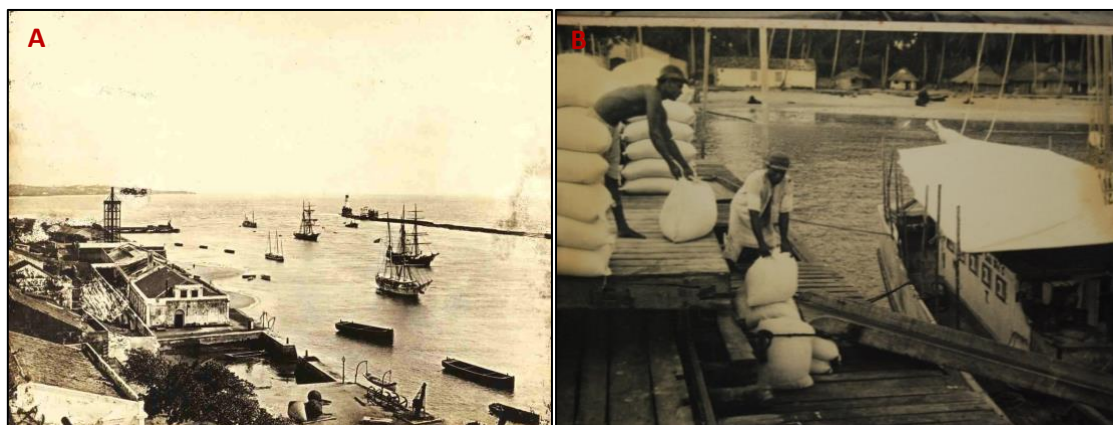


Figura 1: A- Fundeadouro interno do porto do Recife - PE (década de 1900); B-Trapiche do Porto Gravatá, São José da Coroa Grande - PE. Fontes: <http://bairrodorecife.blogspot.com/2014/01/e-o-bairro-do-recife-veio-ao-chao.html> e <http://blogtenoriocavalcanti.com.br/2016/10/as-belezas-naturais-do-abreu-do-una-e>.



Figura 2: Localização aproximada (em vermelho) do Varadouro de Olinda, Olinda – PE. Vila de Olinda e Porto do Recife, mapa de Luís Teixeira, 1582-1585. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vila_de_Olinda_e_Porto_do_Recife_-_Mapa_de_Lu%C3%ADs_Teixeira_-_c_1582-1585.jpg(2018). Adaptado por: Tavares, 2018.



Figura 3: Localização aproximada do Varadouro, Olinda – PE (detalhe em vermelho) (01) Mapa *Civitas Olinda* de 1630-1631 (Fonte: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-pernambuco/681/>); (02) mapa atual da área (Google Maps, 2018); (03) foto atual da área do Varadouro (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Varadouro_e_Mercado_Eufr%C3%A1sio_Barbosa_-_Olinda-PE,_Brasil.jpg). Elaborado por: Tavares, 2018.

Nesse contexto, com intuito de identificar sítios depositários em Pernambuco não foi considerado a extensão das capitânicas de Pernambuco e Itamaracá que, segundo Medeiros (2001), abrangeram a maior parte da costa oriental do Nordeste brasileiro, a partir da Baía da Traição, localizada atualmente ao norte da Paraíba, até a foz do rio São Francisco. O limite territorial da pesquisa situa-se entre as áreas que vão desde a bacia do rio Goiana, na cidade de Goiana, até o rio Persinunga, em São José da Coroa Grande, extremos hidrográficos do Estado de Pernambuco (CPRH, 2010).

Metodologia

Esta pesquisa, apesar de elaborada sob a perspectiva da Arqueologia Subaquática, não incluiu mergulhos em áreas ribeirinhas e estuarinas, mas em mar aberto devido às condições de visibilidade comprometida em tais ambientes fluviais, bem como a possibilidade de identificar e georreferenciar os sítios depositários por meio dos vestígios lançados em terra durante as fainas de embarque e desembarque. Tal identificação permitiu fornecer subsídios para a confecção da Carta Arqueológica de Sítios Depositários de Pernambuco, uma vez que tais atividades já produziram um quantitativo de dados importantes do ponto de vista da arqueologia e da história local.

Inicialmente foram realizadas consultas bibliográficas e iconográficas nas bibliotecas de História e de Arqueologia da UFPE, no Arquivo Público João Emerenciano e em fontes digitais. Neste contexto foram observados aspectos que tratam dos primeiros momentos da colonização, dos interesses iniciais na nova Colônia, das dificuldades encontradas (resistência indígena, clima, acessos, dentre outros), das mudanças de interesses de natureza comercial, do advento da economia, até parte da história da navegação de pequena cabotagem; muito comum em Pernambuco em função das condições geográficas e hidrográficas que favoreceram a instalação de engenhos de cana-de-açúcar.

Partindo da prerrogativa que o ambiente foi preponderante para formar as estratégias de ocupação a partir de uma logística de deslocamento pelas vias aquáticas, não se pode desconsiderar a importância de se unir a cultura material produzida com o espaço físico-biótico onde esta se formou.

Neste contexto, permite-se assim, a observação de como o entorno foi compreendido pela sociedade que o ocupou, utilizando-se de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações (Fagundes, 2009), além da interpretação da tomada de decisões sobre o território, sob o olhar do colonizador.

O método prospectivo foi sistematizado e formalizado a partir dos anos de 1970 quando foi considerado necessário para entender questões de dispersão de objetos e assentamentos, adaptabilidade dos grupos em um determinado território, exploração de recursos etc. (Sanjuán, 2005).

Foram realizadas prospecções de superfície nas margens dos “portos”, fundeadouros, trapiches e varadouros identificados na iconografia e historiografia, cuja comprovação se deu por meio do registro dos fragmentos de louças e faianças com decorações e origens diversas em tais localidades, onde foram georreferenciados e registrados e efetuado o registro imagético (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Imagem panorâmica do sítio depositário do Porto do Açúcar, Ipojuca-PE e alguns exemplares de material arqueológico evidenciados em campo (fragmentos de vidro, faianças finas e cerâmica histórica). Fonte: Tavares, 2018.

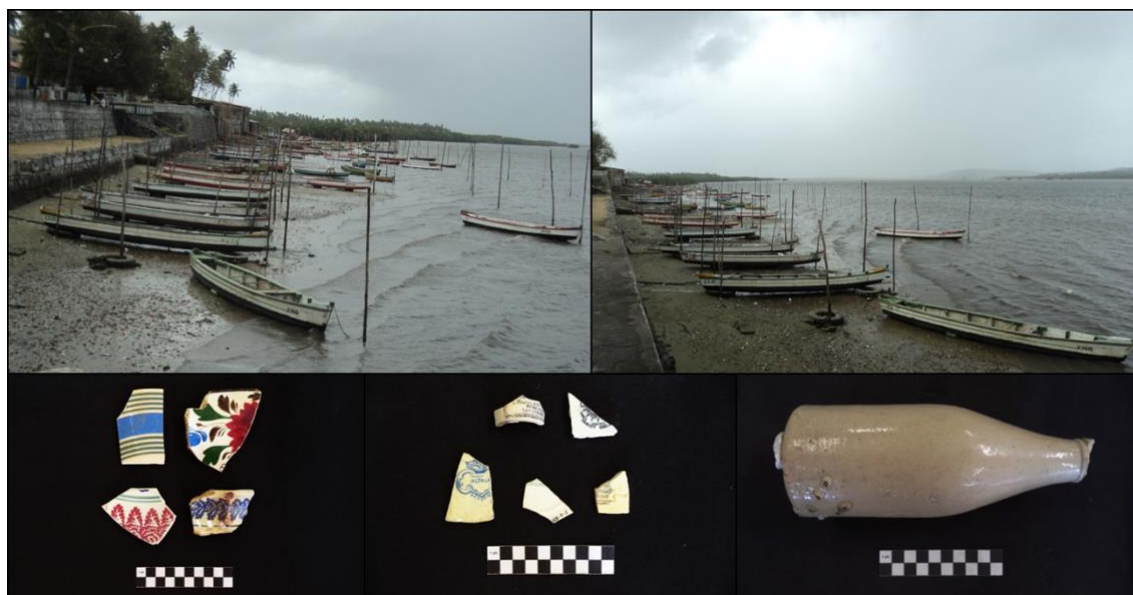


Figura 5: Imagens em perspectiva do sítio depositário de Itapissuma-PE e alguns exemplares de material arqueológico evidenciados em campo (fragmentos de faianças finas e grés). Fonte: Tavares, 2018.

Quanto aos fundeadouros, devido ao afastamento do continente (mar aberto/estuários), estes tiveram sua localização registrada a partir das práticas marinheiras de fundeio (FONSECA, 2005),

comprovadas com mergulhos (exceto em rios e estuários) prospectivos no litoral adjacente, considerando: proximidade dos principais rios que alcançam o Atlântico; proximidade das áreas de concentrações de engenhos; proteção natural oferecida pelos cordões costeiros de arenito; dos dados historiográficos e, principalmente, iconográficos referentes ao litoral de Pernambuco.

Esses dados foram utilizados para a elaboração de mapas a partir de software em base *SIG* para tratamento de imagens. Os mapas foram importantes no auxílio à compreensão dos textos aqui apresentados, além de proporcionarem uma noção real dos espaços ocupados, das possíveis rotas de deslocamento por vias aquáticas, da distância entre os sítios depositários, e da percepção da área de pesquisa.

Foram analisadas três cartas da Sudene⁵, cujos quadrantes abrangem os municípios que compõem os 187,5 km que perfazem o litoral pernambucano. Esse material norteou a pesquisa quanto às dimensões territoriais dos municípios envolvidos, dispersão da malha hidrográfica, geografia costeira de cada município e distâncias entre determinados locais.

Resultados e Discussões

Os sítios citados neste trabalho resultam de uma pesquisa dos “portos”, fundeadouros, trapiches e varadouros em funcionamento, desativados ou extintos do litoral de Pernambuco.

As fontes historiográficas citam a existência de 66 locais passíveis ao aporte de embarcações – associados ou não às atividades mercantis - além dos fundeadouros em mar aberto.

É importante ressaltar que a partir das fontes pesquisadas chegou-se a um total de 40 sítios passíveis de serem identificados presencialmente. Contudo 38 foram localizados nas atividades de campo, dos quais 20 estão no litoral norte e 18 no litoral sul de Pernambuco. Percebe-se, assim, que existe um relativo equilíbrio quanto ao número de sítios depositários distribuídos entre o norte e o sul da costa do estado. Destes 39 sítios, 8 encontram-se no município de Goiana, conferindo ao mesmo, 20,5% do total identificado.

⁵ Os códigos identificadores das cartas da Sudene utilizadas nesta pesquisa constam nas Referências Bibliográficas.

Os municípios que formam a costa de Pernambuco se apresentam do norte para o sul na seguinte ordem: Goiana (município que faz limite com o Estado da Paraíba), Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Igarassu, Abreu e Lima, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão, Cabo de St^o Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande (município que faz limite com o Estado de Alagoas) (Sudene, 1986; 1989).

Na pesquisa os sítios depositários dividem-se entre quatro tipos de ambientes que caracterizam a hidrografia de Pernambuco. São eles: o mar aberto, contabilizando 11; o rio costeiro, 4; o mar aberto/estuário 1; e o estuário, com 22 unidades.

Os sítios denominados como Porto Japomim e Porto Conceição são citados na historiografia, porém as informações são imprecisas quanto à localização e cronologia desses locais. A carência de dados acerca de tais sítios contribuiu para que os mesmos não fossem localizados nas prospecções. A tabela 1 apresenta os sítios depositários identificados até o momento.

Dentre os 22 sítios depositários localizados em estuários em Pernambuco estão: o porto da Ponte do Limoeiro no estuário do rio Beberibe, no Recife Velho; o porto do Açúcar, no estuário do rio Massangana, município de Ipojuca; o Varadouro da Galeota, no estuário do rio Beberibe, em Olinda; o Reduto do Rio Formoso, no estuário do rio Formoso, no município que leva o mesmo nome; e o fundeadouro da Barra de Catuama, em um local onde confluem as águas do canal de Santa Cruz e do rio Itapessoca, no município de Goiana.

Quanto aos engenhos, alguns, apesar de constarem na historiografia, não foram identificados fisicamente, a exemplo do engenho Japomim, localizado nas terras onde surgiram os primeiros núcleos de povoamento que deram origem ao município de Goiana, às margens do rio Capibaribe-mirim, em propriedade conhecida como fazenda St^o Elias; e o engenho Conceição, esse construído no braço esquerdo do rio Tracunhaém que, devido à construção irregular de uma barragem, desapareceu por completo.

Tabela 1: Sítios depositários identificados em Pernambuco.

SÍTIOS DEPOSITÁRIOS IDENTIFICADOS				
	Município/ Direção	Nome do Sítio	Tipo de Sítio	Contexto na Hidrografia
01	Abreu e Lima/ N	Porto Jatobá	Fundeadoiro	Estuário
02	Barreiros/ S	Porto Nassau	Fundeadoiro	Mar Aberto
03	Cabo de Stº Agostinho/ S	Bateria de Calhetas	Fundeadoiro	Mar Aberto
04	Cabo de Stº Agostinho/ S	Forte de Gaibu	Fundeadoiro	Mar Aberto
05	Goiana/ N	Porto do Canal de Goiana	Fundeadoiro	Rio Costeiro
06	Goiana/ N	Porto Canoé	Fundeadoiro	Estuário
07	Goiana/ N	Porto da Vargem	Fundeadoiro	Estuário
08	Goiana/ N	Porto de Jacaré	Trapiche	Rio Costeiro
09	Goiana/ N	Barreta do Gerimum	Fundeadoiro	Mar Aberto
10	Goiana/ N	Porto da Barra de Catuama	Fundeadoiro	Estuário
11	Goiana/ N	Porto do Buraco (Porto de Itapessoca)	Fundeadoiro	Rio Costeiro
12	Goiana/ N	Porto de Atapuz	Fundeadoiro	Estuário
13	Goiana/ N	Porto Conceição	Não Localizado	Rio Costeiro
14	Goiana/ N	Porto Japomim	Não Localizado	Rio Costeiro
15	Igarassu/ N	Barra de Itamaracá	Fundeadoiro	Estuário
16	Igarassu/ N	Porto da Ilhota	Fundeadoiro	Estuário
17	Igarassu/ N	Porto de Nova Cruz	Fundeadoiro	Estuário
18	Ilha de Itamaracá/ N	Porto de Vila Velha	Fundeadoiro	Estuário
19	Ilha de Itamaracá/ N	Porto do Pilar	Fundeadoiro	Mar Aberto
20	Ipojuca/ S	Porto de Suape	Fundeadoiro	Mar Aberto/Estuário
21	Ipojuca/ S	Porto das Galinhas	Fundeadoiro	Mar Aberto
22	Ipojuca/ S	Porto do Açúcar	Fundeadoiro	Estuário
23	Itapissuma/ N	Porto de Itapissuma	Fundeadoiro	Estuário
24	Olinda/ N	Fortim de São Francisco (Fortim do Queijo)	Fundeadoiro	Mar Aberto
25	Olinda/ N	Varadouro da Galeota	Varadouro	Estuário
26	Paulista/ N	Porto Artur	Fundeadoiro	Estuário
27	Recife/ N	Porto do Recife	Fundeadoiro	Estuário
28	Recife/ N	Porto da Ponte do Limoeiro	Fundeadoiro	Estuário
29	Rio Formoso/ S	Reduto do Rio Formoso	Fundeadoiro	Estuário
30	Rio Formoso/ S	Porto do Pescador	Fundeadoiro	Estuário
31	Rio Formoso/ S	Porto da Levada	Fundeadoiro	Estuário
32	Rio Formoso/ S	Porto Sítio dos Gatos	Trapiche	Estuário
33	São José da Coroa Grande/ S	Porto Gravatá	Fundeadoiro	Mar Aberto
34	São José da Coroa Grande/ S	Porto da Várzea do Una	Fundeadoiro	Estuário
35	São José da Coroa Grande/ S	Porto Gameleira	Fundeadoiro	Mar Aberto
36	São José da Coroa Grande/ S	Porto Salinas	Fundeadoiro	Estuário
37	Sirinhaém/ S	Porto da Barra de Guadalupe	Fundeadoiro	Mar Aberto
38	Sirinhaém/ S	Porto da Barra de Sirinhaém	Fundeadoiro	Estuário
39	Sirinhaém/ S	Porto de Pedra	Trapiche	Rio Costeiro
40	Tamandaré/ S	Cais de Tamandaré	Trapiche	Mar Aberto

O Engenho Jacaré foi localizado às margens do rio Tracunhaém, porém seu trapiche não foi identificado com exatidão devido à ausência da estrutura física. Contudo, um pequeno quantitativo de material cerâmico foi identificado na área provável de seu funcionamento. Ainda desse engenho restam pequenas casas conjugadas com características de senzala (atualmente habitadas), remetendo a construções do período colonial. Na propriedade também foram localizadas as ruínas do alicerce da capela. Junto a essa construção foram encontrados fragmentos de faianças e louças antigas.

Material cerâmico e fragmentos vítreos foram observados junto às margens de alguns dos sítios depositários: porto do Canal de Goiana, porto de Itapissuma, porto do Açúcar e porto de Vila Velha, dentre outros.

É possível que além desses vestígios arqueológicos, também existam, sob as águas, partes das caixas de madeiras contentoras do açúcar escoado (Ramos, 2000). Esses vestígios podem conter data de produção e nome do engenho impressos nas tábuas. Diante desses argumentos cria-se uma expectativa favorável quanto ao potencial arqueológico dos sítios depositários. Por outro lado, não pode ser descartada a possibilidade de se encontrar apêndices, acessórios ou outras partes das embarcações (tabuado, cavilhas) ou, até mesmo, embarcações inteiras soçobradas.

Todas as informações levantadas ganham uma valorização maior no momento em que a Arqueologia pode comprová-las. Os vestígios materiais, como o próprio nome sugere, podem corroborar com o que a historiografia conta. Portanto, faz-se mister prospecções nesses sítios depositários plotados na Carta Náutica de Pernambuco que só podem ser realizadas com mergulhos (Figuras 6 e 7).

Em se seguindo o contexto de localização, concomitante aos artefatos das atividades dos sítios depositários, é válido referir-se também à importância dos dados historiográficos a respeito desses “portos”, fundeadouros, trapiches e varadouros, a fim de estabelecer relações cronológicas e espaciais entre os períodos de surgimento e funcionamento com os locais levantados em campo.

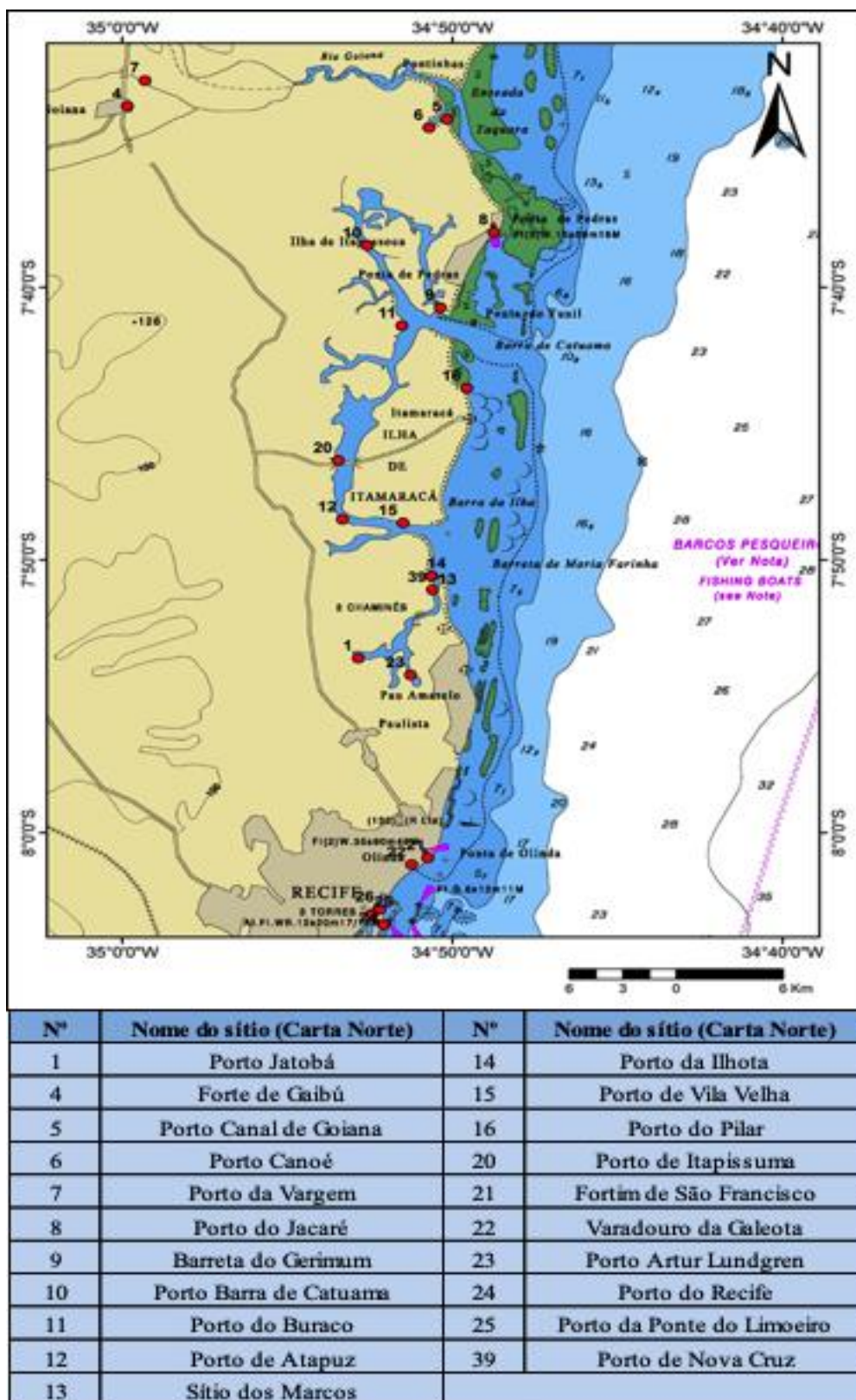


Figura 6: Carta Náutica da DHN n° 22.200 adaptada dos sítios depositários do litoral norte de Pernambuco com legenda dos sítios plotados. Elaborado pelos autores.

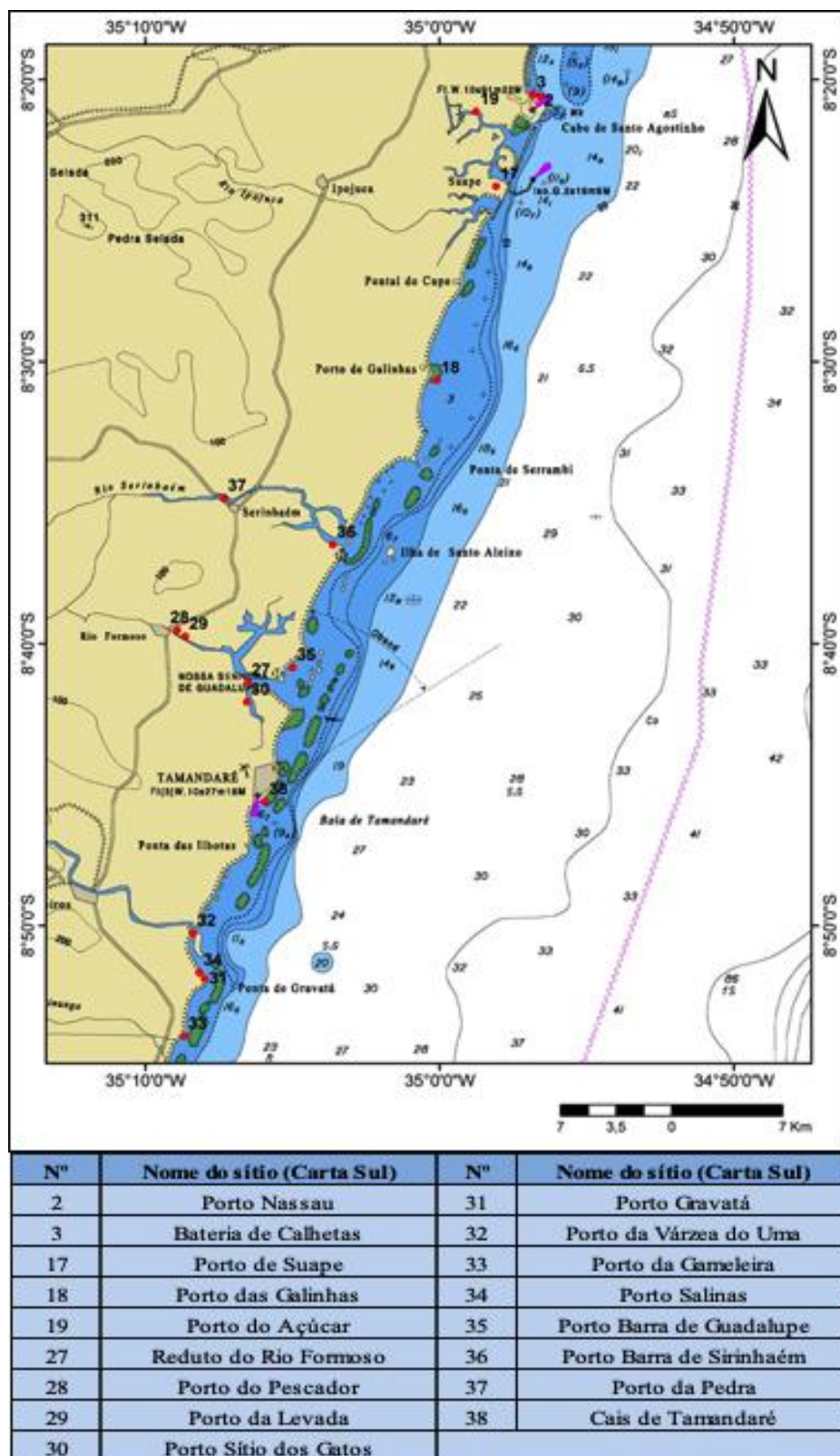


Figura 7: Carta Náutica da DHN nº 22.200 adaptada dos sítios depositários do litoral sul de Pernambuco com legenda dos sítios plotados. Elaborado pelos autores.

Logo, a tabela 2 tem o intuito de mostrar e permitir uma visualização objetiva do quantitativo de pontos da costa que foram levantados em campo - dos quais foram possíveis levantar dados referenciais - utilizados como locais de fundeio e que, conseqüentemente, de alguma forma desempenharam importantes papéis nos processos de ocupação da costa; rotas comerciais e de acesso; e certamente no desenvolvimento econômico da região. Dessa maneira são apresentados sítios depositários que se inseriam nos limites territoriais das Capitânias de Pernambuco e Itamaracá e que foram pesquisados em trabalhos de campo.

Tabela 2: Referências sobre alguns sítios depositários de Pernambuco levantados em campo.

Sítios	Período	Referências	Observação
Porto Jatobá (Abreu e Lima-PE)	Incerto	"A Fazenda de São Bento de Jaguaribe está localizada na [...] extensão do Litoral Norte [...] na porção centro-sul, situam-se os vales dos rios Paratibe, Timbó e Arroio Desterro" (Medeiros, 2001, pág. 45).	Próximo ao sítio São Bento que pertenceu à Sesmaria Jaguaribe entre os séculos XVII ao XIX, o Porto Jatobá possivelmente pode ter sido um ponto de acesso e abastecimento do local, pois está situado às margens do estuário do Rio Timbó, principal via hidrográfica do local. Em funcionamento até os dias atuais.
Bateria de Calhetas (Cabo de Santo Agostinho-PE)	Séc. XVI	"Ali encontravam os navegantes condições favoráveis para se deter e reabastecer de água suas embarcações. Os navios amigos deveriam ali encontrar segurança, os inimigos deveriam ser impedidos de ter acesso" (Albuquerque, Lucena, Walmsley, 1999, Pág. 141).	Referência do funcionamento do porto durante o século XVI - 1585 (Sousa apud Medeiros, 2001).
Forte de Gaibu (Cabo de Santo Agostinho-PE)	Séc. XVI	"Há um bom ancoradouro junto à mesma enseada para navios de qualquer callado" (Pereira apud Medeiros, 2001).	-
Porto do Canal de Goiana (Goiana-PE)	Séc. XIX	Conhecida como "Balde do Rio" era a parte mais larga do Rio Capibaribe-mirim onde os botes e barças efetuavam a manobra ao chegarem ao Porto do Canal de Goiana. Embarcações maiores não podiam adentrar até o porto devido ao seu pouco calado, o que aumentava o fluxo de embarcações menores que faziam o transbordo das cargas (especialmente o açúcar) para aquelas embarcações (Barbalho, 2008; Jordão Filho, 1977; Rodrigues, 1996).	Funcionou de forma precária como trapiche desde meados do século XIX, recebendo estrutura portuária apenas no início do século XX. Atualmente o porto não funciona devido ao forte declínio da produção açucareira em Goiana.

Porto Jacaré (Goiana-PE)	Séc. XVI	"ano de 1570 [...] Concedida naquele ano [...] cujas terras ficavam situadas no Vargedo norte do Capibaribe Mirim, foram nelas que se fundaram os engenhos Goiana Grande e Jacaré [...]" (Pereira da Costa, 1987, V.3:63;64).	Segundo Pereira apud Medeiros (2001), no século XIX este porto já se encontrava desaparecido.
Porto Barra de Catuama (Goiana-PE)	Séc. XVI	"Por esta barra entram navios de cem tonéis, e mais, a qual fica na banda do sul da ilha, e a outra barra da banda do norte se entra ao sueste, pela qual se servem os caravelões da costa" (Souza, 2013, pág. 62;63).	-
Barra de Itamaracá (Ilha de Itamaracá-PE)	Séc. XVI	"o donatário Duarte Coelho entrou pela Barra de Itamaracá e tomou posse da capitania [...] Coelho [...] veio com uma grossa armada [...] e desembarcou em Igarassu, no lugar que depois chamou de Marcos [...] onde já existia uma feitoria régia [...]" (Pereira da Costa, 1987, V. 1:171).	Situa-se às margens do Canal de Santa Cruz, Ilha de Itamaracá. Está localizado no continente, em frente à porção sul da Ilha (Brasil Arqueológico, 2013).
Porto do Pilar (Ilha de Itamaracá-PE)	Séc. XVIII	"Lugar propício para receber um grande número de barcaças para o transporte de açúcar e outros produtos para diversos pontos da costa nordestina" (Pereira da Costa, 1987).	-
Porto de Nova Cruz (Igarassu-PE)	Séc. XVIII-XIX	"No sítio Maria Farinha uma capela dedicada a S. José [...] Reunindo-se assim em tão pequeno espaço três igrejas que aliás servem de baliza para se demandar a barra de S. José [...] a povoação de Maria Farinha tem o nome oficial de Nova Cruz" (Pereira da Costa, 1987, V. 6:89 E 90).	-
Enseada de Suape (Cabo de Santo Agostinho-PE)	Séc. XVI	"Cabo de Santo Agostinho [...] Tem dois fortes, que defendem cada um seu pequeno porto, onde podem surgir embarcações menores" (Casal, 1817, p. 259).	-
Porto de Galinhas (Ipojuca-PE)	Séc. XVI	"Porto de Galinhas, o qual é frequentado por embarcações pequenas" (HONORATO apud MEDEIROS, 2001, p. 84). / "Neste porto e rio das Galinhas entram barcos da costa" (Souza, 1587/2013, p. 69).	Referência ao Rio Ipojuca
Porto de Itapissuma (Itapissuma-PE)	Sec. XVI-XVII	"Fundada a capitania em 1535, impôs [...] o estabelecimento de barcas de passagem em diversos rios [...] entre o passo de Itapissuma em Itamaracá" (Pereira da Costa, 1987, V3: 410).	Referência ao passo de Itapissuma

Fortim de São Francisco/Fortim do Queijo (Olinda-PE)	Séc. XVII	“Construção iniciou-se em 1620 [...] como parte do projeto defensivo, elaborado por Matias de Albuquerque” (Albuquerque, Lucena, Walmsley, 1999, pág. 51) / "O fortim foi construído no tempo dos donatários de Pernambuco [...] para à defesa daquele ancoradouro" (Pereira da Costa, 1987, V9: 408).	-
Varadouro da Vila de Olinda/Varadouro da Galeota (Olinda-PE)	Séc. XVI	“Entram caravelões e barcos vindos do porto [Recife] pelo rio Beberibe" (Foral de Olinda Apud Medeiros, 2001, p. 98).	-
Porto do Recife (Recife-PE)	Séc. XVI	“Entram navios de mais de 200 tonéis" (Sousa apud Medeiros, 2001, p. 99) / "Era assim tão avultada à produção das safras do açúcar [...] que não havia embarcação para o carregar, que, com entrarem cada ano, e saírem do porto do Recife grandes frotas de naus, navios e caravelas [...]" (Pereira da Costa, 1987, V2:4).	-
Reduto do Rio Formoso (Rio Formoso-PE)	Séc. XVII	"1633, fevereiro 7. Ataque e tomada do reduto do Rio Formoso pelos holandeses [...] o reduto foi construído em 1632 [...] com o fim de proteger as embarcações que demandassem a barra e o porto do Rio Formoso, em vista do fato de ter o inimigo tomado e queimado duas caravelas e apreendido cinco navios que se encaminhavam para aquele porto" (Pereira da Costa, 1987, V2:591) / “Entram navios da costa” (PEREIRA apud Medeiros, 2001, p. 101).	-
Cais de Tamandaré (Tamandaré-PE)	Séc. XVI	“Capacidade para recolher uma armada.” (SOUSA apud MEDEIROS, 2001, p. 101) / "1698, janeiro 27. Carta Régia expedida em virtude de requerimento dos moradores de Tamandaré, permitindo que os navios de comércio fossem carregar no porto da povoação." (Pereira da Costa, 1987, V4: 477).	-

Elaborado pelos autores.

Em se levando em consideração o processo inicial de divisão territorial do Brasil, é considerável a quantidade de pontos costeiros utilizados como fundeadouros. Tais locais outrora

desempenharam um importante papel para a ocupação da área da província delimitada e, em alguns casos, ainda hoje auxiliam nas atividades portuárias e navegação costeira do país.

Dessa forma, a presente pesquisa dá o primeiro passo para o levantamento dos sítios depositários (“portos”, fundeadouros, trapiches e varadouros) presentes nos rios costeiros, estuários e mar aberto de Pernambuco, o qual se poderá contar com a real localização desses pontos de recebimento e escoamento de mercadorias e transporte de passageiros, devidamente plotados em carta náutica, propiciando uma facilitação aos futuros trabalhos que necessitem dessas informações.

Conclusões

No município de Goiana, no extremo norte do litoral pernambucano, identificou-se o maior número de sítios depositários. Foram oito⁶ no total e, provavelmente, ofereceram suporte à logística de produção açucareira e seus insumos, visando atender à demanda nacional e, especialmente, a europeia.

Ao se comparar com outros municípios que compõem a costa de Pernambuco percebe-se que, exceto Goiana, os municípios com maior quantitativo de sítios não ultrapassam as quatro unidades, a exemplo de São José da Coroa Grande e Rio Formoso. Essa diferença não parece ter acontecido ao acaso, uma vez que Goiana tem uma rede de drenagem fluvial compatível com o calado de boa parte das embarcações a época.

Em se partindo do pressuposto que uma malha fluvial bem recortada, com calado suficiente para a pequena cabotagem e um expressivo canal de ligação com o mar são fatores determinantes para que uma área obtenha êxito no que tange às atividades associadas à navegação, sugerem que o litoral norte tenha sido contemplado com esses locais de aporte de

⁶ Oito é o quantitativo de sítios depositários localizados e registrados, em Goiana, a partir da pesquisa de campo na área. Além destes, há mais dois sítios (Porto Conceição e Porto Japomim) que não foram identificados in loco constando apenas informações historiográficas.

embarcações pelo fato de possuir todas essas características hidrográficas estendendo-se, como consta na tabela 3, essa mesma linha de raciocínio, até Ipojuca no século XVI.

A presente pesquisa não observou portos em mar aberto no litoral de Pernambuco, motivo que, provavelmente, está associado às condições ambientais do lugar. Com boa parte do litoral protegida por cordões de recifes de arenito, Pernambuco oferecia aos colonizadores a possibilidade de construir seus “portos” (fundeadouros) nos estuários e rios costeiros, locais que, de certa forma, ofereciam maior segurança às embarcações, cargas e pessoas. Os fatores hidrológicos, geológicos e biológicos formadores da área de estudo foram decisivos para que as instalações dos portos acontecessem nas áreas naturalmente protegidas, o que, certamente, comprova a não existência desses pontos de acostagem em mar aberto.

Com a presença de estuários e rios costeiros importantes do ponto de vista do caudal, perenidade e calado, Pernambuco tornou-se, ainda no início do século XVI, local estratégico de chegada e saída de mercadorias e passageiros. Essas características hidrográficas fizeram da costa pernambucana uma área composta por águas abrigadas, e que permitia acesso às terras do interior através de sua malha fluvial entrecortada.

Referências

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. 1999. Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; DUARTE, M. 2011. Programa de Diagnóstico, Prospecção e Resgate Arqueológico e de Educação Patrimonial na Área do Projeto de Terraplanagem de 440 hectares à margem da BR – 101 N, em Goiana, PE.

BARBALHO, L. C. 2008. Poder Local e Conflito: Formação da Elite Política e Desenvolvimento de Goiana (1685-1742). Dissertação – Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa.

BUENO, E. 1998. A Viagem do Descobrimento, A Verdadeira História da Expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva.

BUENO, E. 1998. Naufragos, Traficantes e Degredados, As Primeiras Expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva.

- BRASIL ARQUEOLÓGICO. 2018. Arqueologia da Feitoria de Cristóvão Jaques. 2013. Disponível em <<http://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-feitoria-cristovao-jaques.php>>. Acesso: 29 ma.
- CASAL, M. A. 1817. Corografia Brazilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, p. 258.
- CPRH, Agência Estadual de Meio Ambiente. Bacia Hidrográfica do Rio Goiana. Recife: SUDENE/ITEP, 2010. Disponível em < http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/Mapa%20Qualidade%20C3%81guas%20Bacias%20Litor%3%A2neas;1716;20090324.pdf>. Acesso em: 04 jun 2018.
- FAGUNDES, M. 2009. O Conceito de Paisagem em Arqueologia: Os Lugares Persistentes. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. v.9. n.2. HOLOS Environment.
- FONSECA, M. M. 2005. Arte Naval. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 7 ed., v. 1 e 2.
- GUEDES, M. J. 1975. História Naval Brasileira. V. 1, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- GUERRA, F. 1984. História de Pernambuco. Ed. 3, Recife: Raiz.
- JORDÃO FILHO, A. 1977. Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana. Recife: Pernambuco.
- KEATING, V.; MARANHÃO R. 2011. Diário de Navegação: Pero Lopes e a expedição de Martim Afonso de Souza (1530 – 1532). São Paulo: Terceiro Nome.
- LORENZI, H. 2008. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 5 Ed. V. 1.
- MEDEIROS, G. S. 2001. Arte da Navegação e Conquista Europeia do Nordeste do Brasil (Capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- MELLO, J. A. G.; ALBUQUERQUE, C. X. 1997. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Série Descobrimientos, 2ª ed. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana.
- OLIVEIRA LIMA, M. 1997. Pernambuco: seu desenvolvimento histórico. Recife: Massangana.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. 1987. Anais Pernambucanos. Recife: Fundarpe: Diretoria de Assuntos Culturais.

PORTO, J. C. 1984. O Açúcar num Documento Colonial. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco.

RAMOS, F.P. 2000. Naufrágios e obstáculos enfrentados pelas armadas das Índias Portuguesas, 1497-1653. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

RAMOS, F.P. 2008. Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos. São Paulo: Contexto.

RIOS, C. 2007. Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto do Recife – PE. , Brasil. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RODRIGUES, M. 1996. Crônicas Goianenses. Goiana. Editora Carlos Eduardo Carvalho dos Santos.

SANJUÁN, L. G. 2005. Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológica del Território. Barcelona: Ariel.

SOUZA, C. C. R.; LINS, M. 2017. Transporte Aquaviário na Sesmaria Jaguaribe nos séculos XVI e XVII.1 ed., v.2, Recife: UFPE.

SOUZA, G. S. 2013. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.

SOUZA, G. S. 2013. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2013. p. 62-63. Original de 1587.

SUDENE. 1989. Carta de Itamaracá, PE/PB, folha SB.25-Y-C-VI MI-1293. Brasília.

SUDENE. 1989. Recife, PE, folha SC.25-V-A-III-MI-1372. Brasília.

SUDENE.1986. Sirinhaém, PE/AL, folha SB.25-Y-C-VI-MI-1293. Brasília.